



ANAIS DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

AVULSO

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 15 DE OUTUBRO DE 2007

ANO XXXII

Mesa Executiva

| | | |
|--|--|---|
| NELSON JUSTUS Presidente - Democratas | | |
| ANTONIO ANIBELLI 1º Vice-Presidente - PMDB | AUGUSTINHO ZUCCHI 2º Vice-Presidente - PDT | FELIPE LUCAS 3º Vice-Presidente - PPS |
| ALEXANDRE CURI 1º Secretário - PMDB | LUCIANA RAFAGNIN 2ª Secretária - PT | LUIZ ACCORSI 3º Secretário - PSDB |
| CIDA BORGHETTI 4ª Secretária - PP | CHICO NOROESTE 5º Secretário - PR | |
| ABIB MIGUEL Diretor Geral | | |

Lideranças

| | |
|---------------------------|------------------------|
| Líder do Governo | Luiz Claudio Romanelli |
| Líder da Oposição | Valdir Rossoni |
| PMDB | Waldyr Pugliesi |
| PSDB | Ademar Traiano |
| Democratas | Plauto Miró |
| PT | Elton Welter |
| PP | Duílio Genari |
| PDT | Luiz Carlos Martins |
| PTB | Fábio Camargo |
| Bloco PPS/PMN | Dr. Batista |
| Bloco PSB/PR/PRB/PV | Reni Pereira |

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Malucelli - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

Proposta de Emenda Constitucional

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL

Art. 1º Os parágrafos 4º e 5º do artigo 45 da Constituição Estadual passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 45. ...

§ 4º O oficial da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiros Militar só perderá o posto e a patente se for julgado indigno do oficialato ou com ele incompatível, por decisão do tribunal competente, em tempo de paz, ou de tribunal especial, em tempo de guerra.

§ 5º O oficial da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiros Militar, condenado na justiça comum ou militar à pena privativa de liberdade superior a dois anos, por sentença transitada em julgado, será submetido ao julgamento previsto no parágrafo anterior.”

Art. 2º Fica acrescido o parágrafo 15 ao artigo 45 da Constituição Estadual, com o seguinte conteúdo:

“Art. 45. ...

§ 15. As patentes, com prerrogativas, direitos e deveres a elas inerentes, são asseguradas em toda sua plenitude aos oficiais da ativa, reserva ou reformados da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, sendo-lhes privados os títulos, uniformes militares e postos até o coronel.”

Art. 3º O artigo 46 da Constituição Estadual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 46. A Segurança Pública, dever do estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio, pelos seguintes órgãos:

I - Polícia Civil;

II - Polícia Militar;

III - Polícia Científica;

IV - Corpo de Bombeiros Militar.”

Art. 4º O artigo 48 da Constituição Estadual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 48. A Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar são instituições permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e disciplina militares.

§ 1º À Polícia Militar cabe a polícia ostensiva, a preservação da ordem pública, executando os tipos de policiamento e o exercício das funções definidos em lei.

§ 2º Ao Corpo de Bombeiros Militar cabe a prevenção e combate a incêndio, socorro público, busca e salvamento, administração do sistema de defesa civil e a coordenação de suas atividades, perícias, pareceres técnicos e edição de normas nos assuntos de sua competência, de acordo com a lei, além de outras funções que lhe forem atribuídas.”

Art. 5º O artigo 49 da Constituição Estadual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 49. A Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar, comandados por oficial da ativa do último posto, pertencente aos respectivos quadros de oficiais, forças auxiliares e reserva do Exército, e a Polícia Civil, subordinam-se ao Governador do Estado, regidas por legislação especial, que definirá suas estruturas, competências, direitos, garantias, prerrogativas e deveres, de maneira a assegurar a eficiência de suas atividades.”

Art. 6º Os incisos VII e XI do artigo 53 da Constituição Estadual passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 53. ...

VII - fixação e modificação dos efetivos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar;

XI - organização do Ministério Público, da Procuradoria-Geral do Estado, da Defensoria Pública, do Tribunal de Contas, da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar, da Polícia Civil e demais órgãos da Administração Pública.”

Art. 7º Os incisos II e III do artigo 66 da Constituição Estadual, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 66. ...

II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência para a reserva de policiais e bombeiros militares;

III - organização da Defensoria Pública, da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar e da Polícia Civil.”

Art. 8º Altera a redação do parágrafo segundo do artigo 108 da Constituição Federal e acrescenta novo parágrafo ao referido artigo, com o seguinte conteúdo:

“Art. 108. ...

§ 2º Compete à Justiça Militar Estadual processar e julgar os Policiais Militares e os Bombeiros Militares nos crimes militares definidos em lei, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças.

§ 3º Os Conselhos de Justiça serão integrados por oficiais da Corporação a que pertencer o acusado.”

Art. 9º Fica acrescido ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias o artigo 60, com o seguinte conteúdo:

“Art. 60. Até a edição das leis referidas nos incisos VII e XI do artigo 53 e incisos II e III do artigo 66, aplicar-se-ão ao Corpo de Bombeiros Militar as normas da Polícia Militar.

§ 1º O atual quadro de pessoal do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar passa a constituir o quadro de pessoal do Corpo de Bombeiros Militar.

§ 2º Os integrantes do Quadro de Oficiais da Administração da Polícia Militar, assim como os de Praças que tenham previsão do exercício da especialidade tanto na Polícia Militar quanto no Corpo de Bombeiros da Polícia Militar, farão a opção por um dos órgãos, observado o

limite máximo de vagas previstas por ocasião da entrada em vigor desta emenda constitucional. Em havendo excesso de optantes para ocupar as vagas previstas para o quadro, ocuparão estas os que compunham o quadro bombeiro militar antes do acesso ao oficialato ou antes de ingressarem na especialidade, se Praças.

§ 3º Aos Policiais Militares que exercem a atividade de músico na Banda de Música do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar, fica assegurada a opção para o Corpo de Bombeiros Militar, desde que para compor o quadro de músicos do novo órgão, como vier a ser disposto em lei.

§ 4º Os bens móveis e imóveis pertencentes ao estado, utilizados e ocupados pelo Corpo de Bombeiros da Polícia Militar passam a constituir o patrimônio sob administração do Corpo de Bombeiros Militar.

§ 5º No prazo de um ano, contado a partir da promulgação desta emenda constitucional, serão constituídos sistemas próprios, ficando assegurado ao Corpo de Bombeiros Militar e ao seu pessoal o sistema de ensino, de controle de pessoal, de finanças, de logística, de saúde, de comunicação e de informática, observadas as regras de utilização desses sistemas, mantendo-se os descontos para o seu custeio, se previstos.”

Art. 10. Esta emenda constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15.10.07.

(a) CIDA BORGHETTI

Apoiamento:

Luiz Carlos Martins, Valdir Rossoni, Rosane Ferreira, Reni Pereira, Luiz Accorsi, Antonio Belinati, Marcelo Rangel, Tadeu Veneri, Geraldo Cartário, Carlos Simões, Augustinho Zucchi, Plauto Miró, Duílio Genari, Jocelito Canto, Luiz Malucelli, Elio Rusch, Péricles de Mello e Pastor Edson Praczyk.

JUSTIFICATIVA:

O Corpo de Bombeiro do Paraná é integrante da estrutura orgânica da Polícia Militar do Paraná, como órgão de execução das atividades de bombeiro, integra, na Constituição Estadual, o capítulo da segurança pública.

Este vínculo de subordinação de uma estrutura vinculado à salubridade e tranquilidade públicas, atuando no combate a incêndios, buscas e salvamentos, atendimento ao trauma e às calamidades públicas, a um órgão de prestação de serviços eminentemente policial, voltado à segurança pública, muitas vezes foge à compreensão lógica, causando inúmeros transtornos nas atividades operacionais como seleção, recrutamento, formação, especialização e aperfeiçoamento de recursos humanos; na racionalização e emprego dos efetivos; na canalização e otimização dos recursos financeiros e materiais.

Há setores da sociedade, especialmente os mais conservadores, que mantêm a falsa idéia que a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros são instituições afins, com formação, objetivos e métodos iguais ou semelhantes.

Vislumbra-se o Corpo de Bombeiros do Paraná como uma organização com administração autônoma, possibilitando uma identidade própria na formação e qualificação de pessoal, bem como um serviço de bombeiros mais eficaz.

Atualmente, entre os 27 Estados da Federação, 23 possuem Corpos de Bombeiros Militares autônomos, ou seja, instituições independentes das Polícias Militares.

A desvinculação está enraizada na certeza de que a melhor organização dos instrumentos de defesa da sociedade é determinada para a eficiência do estado, na proteção do cidadão e na integração social.

Os principais fatores a serem considerados para mostrar a necessidade da desvinculação do Corpo de Bombeiros são:

- crescimento institucional, melhorando o atendimento à comunidade, comprovado nos 23 estados onde houve a desvinculação;
- construção de uma inteligência institucional, voltada às questões técnicas e profissionais, desenvolvendo uma cultura voltada ao socorro público;
- otimização de recursos, facilitando sua aplicação no campo tático e estratégico, e
- definição profissional do efetivo como bombeiros.

Objetivos da Desvinculação

No campo profissional, uma organização com objetivos específicos permitirá a seus profissionais uma melhor especialização.

No campo tecnológico, os benefícios serão gerados em função do acúmulo de experiência profissional em área específica, após anos de estudos. O desenvolvimento técnico do Corpo de Bombeiros estará vinculado ao grau de profissionalismo de seus integrantes.

No campo administrativo, criar um organismo que se volte unicamente para os objetivos da sua missão, representará dar vida a uma estrutura enxuta e econômica, além de possibilitar:

- formação específica de pessoal, voltada para o cumprimento da missão constitucional, dispensando uma formação híbrida nos diversos níveis de adestramento policial;
- a estrutura de um Corpo de Bombeiros Militar Estadual, órgão prestador de serviços, não irá colidir com estruturas de bombeiros municipais ou voluntários, buscando, ao contrário, estimular e aperfeiçoar esses organismos, através de uma coordenação que possibilitará a implantação dos serviços na maioria dos municípios paranaenses. Sua estruturação como organização estadual se impõe pela necessidade de coordenação e apoio nas grandes emergências;
- a estruturação de um organismo menor, voltado às áreas operacionais de socorro social, não resultará em expansão da burocracia. A estrutura administrativa atual do Corpo de Bombeiros, embora, não seja inteiramente adequada, é quase auto-suficiente, dependendo do organismo da Polícia Militar unicamente no que diz respeito a

serviços de seleção e recrutamento e alguns serviços administrativos na área de pessoal. Mesmo esses serviços poderiam ser implementados nas dimensões de uma corporação menor, com um número reduzido de pessoal.

Razões Históricas

Não se têm notícia de que em qualquer outro país do mundo, com exceção do Brasil, os Corpos de Bombeiros sejam subordinados a órgãos policiais.

No Paraná, o Corpo de Bombeiros surgiu da Sociedade Teuto-Brasileira de Bombeiros Voluntários e foi fundado em 8 de outubro de 1912. Sob a inspiração do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro, nasceu autônomo.

Os períodos de instabilidade política vividos pela nação brasileira na década de 30, levaram o Governo a transformar o Corpo de Bombeiros numa Companhia de Bombeiros Sapadores, subordinando-o à Força Pública Estadual. Até então, os serviços da pequena Corporação de Bombeiros restringiam-se à capital de um estado, também pequeno, que a exemplo da união, sofria graves problemas de segurança interna.

Inserido no órgão policial, com características eminentemente repressivas, o Corpo de Bombeiros atuaria como órgão nos trabalhos de sapa.

O curso da história deu à Polícia Militar a sua identidade de órgão tipicamente policial, mantenedor da ordem pública, e possibilitou ao Corpo de Bombeiros mínimas condições técnicas no campo operacional, advindo do ato governamental em 1976, com a criação do quadro específico de Bombeiro Militar. Todavia, permaneceu a subordinação ao órgão policial, sendo questionada e discutida, sendo do ponto de vista profissional, as atividades de bombeiro totalmente distintas das de policial.

Aspectos Relacionados com a Missão

A Polícia Militar, por definição da Constituição Federal, é órgão incumbido da preservação da ordem pública. Como o próprio nome da instituição sugere, a Polícia Militar deve fazer polícia ostensiva, seja de trânsito, florestal, rodoviária, de choque, de guarda, portuária, penitenciária e repressiva.

A Constituição Federal de 1988, no artigo 144, reconheceu dignidade constitucional aos Corpos de Bombeiros Militares, prevendo-os como órgãos voltados à Segurança Pública, artigo 144, item V, e dispondo que a eles, "além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil".

A atividade fim dos Corpos de Bombeiros Militares é a de prevenção e combate a incêndios, busca e salvamento e, agora, a defesa civil. Esta gama de atribuições dos Corpos de Bombeiros Militares diz respeito à tranquilidade e, também, à salubridade pública, ambas integrantes do conceito de ordem pública.

Estrutura Organizacional

Hoje, o Corpo de Bombeiros está inserido na Segurança Pública como apêndice de um órgão policial, a PMPR. Na condição de órgão de terceiro escalão não tem assento à mesa de decisões da SESP. Os assuntos relativos à segurança contra incêndios e calamidades são trans-

mitidos à pasta através da interlocução policial, ajustados ao vocabulário, à ótica, às prioridades e aos interesses globais do órgão policial.

No momento, em que o órgão público agiganta-se, abrindo frentes de trabalho e gerenciamento outros campos de atividade não afins, desvia-se de sua missão precípua, perdendo na efetividade e na qualidade dos serviços prestados.

Na atual estrutura da Secretaria de Segurança Pública, do ponto de vista essencialmente técnico, no que diz respeito à missão específica de cada entidade, o que existe em comum entre a PMPR e o Corpo de Bombeiros é que ambos são órgãos de segurança pública. É esta razão pela qual devem subordinar-se à Secretaria de Segurança Pública.

Na estrutura pretendida através da Emenda Constitucional apresentada, com a subordinação do Corpo de Bombeiros à Secretaria de Segurança Pública, na condição de primeiro escalão, ao lado da Polícia Civil e da Polícia Militar, permitirá maior fluidez nas decisões dos assuntos pertinentes ao Corpo de Bombeiros, eliminando entraves burocráticos nos assuntos eminentemente técnicos da Corporação, abrindo um canal de comunicação direta entra a coordenação geral e a execução das diversas atividades, inclusive de defesa civil, dando agilidade e facilitando a operacionalização dos mecanismos de defesa social.

Aspectos Relacionados com o Efetivo

A ação policial se faz sentir sobre o indivíduo - o assaltante, o delinqüente, o criminoso - características de trabalho que requer do policial uma formação voltada para a área humanística.

O bombeiro intervém sobre o fato adverso - o incêndio, o acidente, a catástrofe - fenômenos invariavelmente de natureza física, química ou biológica que impõe ao bombeiro uma formação nas áreas de exatas, tecnológica e biológica.

Na maioria das vezes, seja por vocação, traços de personalidade ou profissiográficos, quem for indicado para ser bombeiro não o é para ser policial, e vice-versa.

Os bombeiros recebem durante sua formação informações na área policial e também na área de bombeiro militar porque são, por força de subordinação do órgão, polícias militares. Embora jamais venham a desempenhar a função policial propriamente dita. Esta formação assim estruturada é um desperdício, onerando os cofres públicos.

Com a desvinculação, o tempo destinado à formação, aperfeiçoamento e especialização do bombeiro militar, em todos os níveis, oficiais, graduados e praças, poderá ser melhor aproveitado com as disciplinas fundamentais voltadas para a atividade bombeiro militar, permitindo melhor qualificação profissional de seu quadro de pessoal.

Quadro de Organização e Distribuição de Pessoal

O Corpo de Bombeiros possui um quadro próprio com terminologia e serviços diferenciados, estando

sujeito às mesmas leis, estatuto, organização básica, e outras, recebendo tratamento assemelhado ao do policial militar.

Segundo um princípio ternário, três Seções de Bombeiros ensinam um subgrupamento, a três subgrupos, um grupamento, com o respectivo "staff" de comando e serviços, assessoramento, planejamento, supervisão e controle.

Hoje a menor fração destacada, Seção de Bombeiros, possui um efetivo de aproximadamente 30 bombeiros e é comandada por um oficial, 1º ou 2º Tenente. Esta estrutura, se aberta à participação comunitária, reduzir-se-à e proporcionará o atendimento por bombeiros a maior número de municípios. Hoje o Corpo de Bombeiros se faz presente em apenas 46 municípios de 399 existentes.

Conclusão

Reflexo da discussão nacional de mudanças no sistema de segurança pública, o Corpo de Bombeiros é motivado, com o apoio de várias autoridades ligadas a área de segurança, a se preparar para aquilo que será inevitável: a desvinculação do Corpo de Bombeiros do Paraná.

Refletindo acerca dos fatos relatados, indaga-se sobre a viabilidade ou não desta desvinculação, tanto à Polícia Militar quanto para o Corpo de Bombeiros.

A criação do Corpo de Bombeiros não traria qualquer instabilidade ao estado, pelo contrário, passaria a contar com mais uma força voltada às suas atividades, atuando com maior profissionalismo.

O Corpo de Bombeiros Militar se posicionaria instituição co-irmã da Polícia Militar, já evidenciado na Constituição Estadual em seu artigo 45, "São militares estaduais os integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar". E ainda, passaria a desenvolver planejamentos estratégicos que venham permitir investimento na profissionalização do bombeiro, com a finalidade de formar, especializar e aperfeiçoar o profissional num universo próprio de suas atividades.

Com este propósito espera-se:

1 - isentar o órgão - PMPR - das atribuições não policiais, a fim de permitir dedicação exclusiva ao que deve fazer - Segurança Pública;

2 - estender às principais cidades paranaenses os serviços do Corpo de Bombeiros através da racionalização dos seus efetivos já existentes, em parcerias com as comunidades;

3 - facilitar a comunicação junto a administração central do Corpo de Bombeiros, principalmente em relação à sua missão fim;

4 - possibilitar ao Governo do Estado usufruir do prestígio e credibilidade que a instituição Corpo de Bombeiros desfruta perante a opinião pública;

5 - proporcionar ao público interno do Corpo de Bombeiros a conquista de uma identidade própria;

6 - promover as mudanças à desvinculação com o aumento mínimo de despesas para a administração pública; e

7 - aprimorar a qualificação técnica do pessoal, com a formação, aperfeiçoamento e especialização na área específica de bombeiro a fim de proporcionar melhoria no desenvolvimento dos serviços públicos.

A organização Bombeiro Militar, tomada pelo seu espírito de inovação e mudanças, já atingiu o grau de maturidade e o nível técnico profissional necessários e suficiente para trilhar seus próprios caminhos, sendo a desvinculação um procedimento que irá lapidar a qualidade dos serviços de socorro prestado à comunidade paranaense.

Na busca da melhor solução, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, lado a lado, cada um realizando a sua missão, sem superposições, certamente fortalecerão os laços de bom relacionamento já existentes, atingindo seus objetivos maiores - A Prestação de Serviços com Qualidade.

Entendendo a necessidade da mudança das estruturas existentes, o Comandante-Geral da Polícia Militar do Paraná entende como viável a desvinculação do Corpo de Bombeiros, demonstrando com isso elevado conhecimento gerencial acerca das missões peculiares de cada instituição.

Assim como o Presidente do Estado, Dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque entrou para a história do Paraná, como o criador do Corpo de Bombeiros, novamente tão nobre oportunidade se avizinha, e é para o Governador do Paraná que este momento histórico se apresenta.

A desvinculação, é enfim, o voto de confiança que o Corpo de Bombeiros espera receber das autoridades constituídas que representam a sociedade paranaense, a quem tem servido sem mensurar esforços na sublime tarefa de salvar vidas e bens, desde 8 de outubro de 1912.

